

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

MOVIMENTO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MARANHÃO.

Michelle Freitas Teixeira¹

RESUMO:

Este trabalho analisa as contradições que envolvem questão agrária e educação nos territórios rurais maranhenses e reflete sobre o processo de organização de políticas educacionais articuladas ao referencial da educação do campo. Trata-se de um estudo de orientação materialista histórico dialética, cujos dados foram coletados através de revisão de literatura, análise documental e entrevistas. Neste conclui-se que, o movimento histórico de constituição das experiências de educação do campo no Maranhão, demarca a existência de um processo de correlação de forças, materializado na disputa por um projeto popular de educação, que se alia às demandas materiais da classe trabalhadora camponesa, em contraponto à lógica que orienta o avanço dos projetos de educação pautados nos interesses do capital/empresariado agro minerador.

Palavras-chave: Questão agrária. Educação do Campo. Maranhão.

ABSTRACT:

This work analyzes the contradictions involving the agrarian issue and education in rural areas of Maranhão and reflects on the process of organizing educational policies articulated to the framework of rural education. This is a dialectical historical materialist study, whose data were collected through literature review, document analysis and interviews. In this it is concluded that the historical movement of constitution of rural education experiences in Maranhão, demarcates the existence of a process of correlation of forces, materialized in the dispute for a popular education project, which is allied to the material demands of the working class peasant, in contrast to the logic that guides the advancement of education projects based on the interests of the agro mining capital/business Community

Keywords: Agrarian Question. Countryside Education. Maranhão.

¹ Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Membro do Grupo de Pesquisa Educação de Jovens Trabalhadores (EJATRAB/UFF).

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, objetiva analisar a trajetória histórica de construção das políticas públicas de educação do campo no estado do Maranhão, com destaque para a identificação dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração e execução dos projetos, bem como para das principais experiências desenvolvidas a partir deste referencial.

Os dados apresentados foram coletados por meio de revisão de literatura, análise documental e entrevistas desenvolvidas com coordenadoras dos primeiros projetos executados por meio do Programa Nacional da Reforma Agrária (PRONERA) no Maranhão, durante o desenvolvimento da tese de doutorado intitulada “Educação e disputa por hegemonia no campo: o PRONERA no Maranhão” – produzida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

Trata-se, portanto, da socialização de parte dos resultados de um estudo orientado pelo referencial materialista histórico-dialético, que contribui com o alcance de uma compreensão rigorosa e profunda do objeto de investigação, a partir de análises que considerem as condições históricas da formação social dos territórios rurais e os processos circunscrevem a materialidade da luta de classes e das disputas por diferentes projetos de educação para o campo maranhense.

Neste sentido, a organização deste texto parte da problematização das contradições que definem a questão agrária e a realidade educacional neste estado, seguida pela análise do movimento histórico de organização e desenvolvimento de projetos e políticas de educação do campo no Maranhão. Reflexões estas, orientadas pelo reconhecimento da potência e importância da trajetória analisada, para o fortalecimento da educação do campo, enquanto um referencial educacional de caráter popular, que reflete o processo de luta pela conquista de espaço para as demandas populares no terreno das políticas públicas de educação brasileiras.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 QUESTÃO AGRÁRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO NO MARANHÃO

A questão agrária no Maranhão é atravessada por um contínuo cenário de violência, acentuado nas décadas de 1980 e 1990. A grilagem, o uso privado das terras devolutas, a crescente desapropriação dos trabalhadores camponeses e o controle das áreas de extrativismo, são condições materiais que fazem do Maranhão um território cuja reprodução dos trabalhadores camponeses e a garantia de condições para o desenvolvimento da agricultura familiar são violentamente impactadas ao longo da história.

Trata-se de uma condição marcante no recente cenário de expansão da produção agrícola, atravessada pelas estratégias multiempresariais e multinacionais. Tais estratégias dão sustentação à era neoliberal de exploração capitalista no campo brasileiro, em consonância com as táticas de desenvolvimento dependente dos países latino-americanos em relação aos ditames e interesses do capital internacional.

Esse processo histórico, que atravessa a realidade maranhense, é amparado pela expropriação da classe trabalhadora. Isso ocorre tanto na esfera da produção, com a retirada das condições materiais para a sua reprodução nos territórios rurais (terra e trabalho), quanto pela expropriação cultural, por meio da negação do acesso a políticas educacionais construídas para além dos interesses mercadológicos flutuantes de cada etapa do desenvolvimento capitalista no campo.

O processo de reestruturação neoliberal do capital, com a atualização e expansão do projeto agro minerador nos territórios rurais maranhenses, acontece de maneira articulada ao progresso de projetos de educação rural alinhados aos interesses desse modelo de produção.

Esse movimento define a importância da educação como instrumento adequado à (con)formação político-ideológica das populações camponesas, por meio da oferta de políticas educacionais compensatórias. Estas preveem o acesso a conhecimentos mínimos, que garantam a permanência das condições de exploração

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

dos territórios e do trabalho – dois elementos essenciais para a sustentação do capitalismo nas áreas rurais.

No mesmo contexto de avanço de projetos de educação rural condicionados à lógica empresarial de caráter compensatório, no cerne do movimento de luta de classes e de correlação de forças, observou-se nacionalmente a emergência do referencial político-pedagógico da educação do campo e a instituição de políticas públicas de educação sob sua orientação. Sabe-se que, em sua origem, trata-se de um movimento popular que se dispõe a encarar a disputa pela hegemonia na oferta das políticas educacionais voltadas à classe trabalhadora camponesa, que teve ressonância significativa na realidade maranhense. Nesse cenário histórico, foram iniciados os diálogos sobre a educação do campo no estado.

Tal movimentação encontrou amparo no questionamento das precárias condições educacionais que se apresentam no Maranhão, sobre as quais movimentos sociais populares, professores e militantes da educação passam a discutir, problematizar e vislumbrar alternativas coletivas de enfrentamento.

Conforme estudos sobre o perfil da educação rural no Maranhão na década de 1990, o terreno histórico no qual são desenvolvidos os primeiros debates sobre a possibilidade de articulação do estado ao movimento nacional Por Uma Educação do Campo é atravessado por graves problemas educacionais.

Os dados do I Censo da Reforma Agrária no Brasil (1996) mostraram o Maranhão como um dos estados brasileiros com os mais altos índices de analfabetismo e indicavam que “cerca de 45% dos assentados nos projetos de regulamentação fundiária desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) à época eram analfabetos” (SALES, 2017, p. 5).

A condição histórica de analfabetismo no estado do Maranhão não se materializa em abstrato. Ao contrário, caracteriza um dos resultados da hegemônica atuação do capital nos territórios rurais desse estado e da sua restrita demanda por “trabalho complexo”. Para o projeto produtivo agrário capitalista, a classe trabalhadora

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

camponesa tem a sua existência limitada ao “dispêndio de força de trabalho simples” (MARX, 2017, p. 120), que não requer processos mais amplos de formação.

Reconhece-se, portanto, que a gravidade do problema do analfabetismo e da educação rural no Maranhão é circunscrita no cerne da questão de classe – uma adversidade que não se materializa sem resistência ao largo da história.

3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MARANHÃO: SUJEITOS E PROJETOS.

No período histórico dos anos de 1990, observa-se o surgimento e fortalecimento de movimentos populares em torno da questão agrária e educação, que confirmam a permanência do processo de luta de classes.

Neste cenário, mobilizados diante da precariedade da realidade educacional dos territórios rurais do Estado do Maranhão, o Movimento Sem Terra (MST), com a participação da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA), da Associação em Áreas de Assentamento do Maranhão (ASSEMA), de professores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e educadores militantes, passaram a organizar eventos estaduais que visavam denunciar a condição histórica de abandono da educação rural e articular uma frente de luta que viria integrar o nascente movimento Por Uma Educação do Campo, que ganhava força no Brasil.

Sobre o decurso histórico da conquista de políticas educacionais articuladas a este projeto popular de educação em disputa no estado, a professora Adelaide Coutinho, docente da UFMA que atuou na articulação política, na elaboração e na coordenação dos projetos do PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA durante os anos de 1998 a 2015, relata que o programa chegou ao Maranhão pela via do MST e da FETAEMA:

[...] nós participamos do encontro estadual de educadores da reforma agrária e de lá veio a informação sobre a pesquisa que fizeram nos assentamentos e descobriram que no Maranhão existiam assentamentos com até 93% de analfabetismo e a necessidade de intervir nessa realidade. Fomos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



convidados a participar de um Seminário voltado para a Região Norte e o Maranhão foi integrado à Região Norte. Então durante três dias o projeto do PRONERA nos foi apresentado. De lá já saiu a articulação entre a UFMA através do Departamento de Educação e do Departamento de Sociologia com o MST e a FETAEMA [...] Era um projeto que começou mesmo como militância, não tinha qualquer indicativo de bolsa, era o compromisso político da gente como educador (COUTINHO, 2021).

A história da educação do campo no Maranhão nasce, portanto, da militância social, por meio da atuação dos movimentos sociais camponeses na mobilização popular e na organização de eventos que iriam problematizar e propor alternativas à precária realidade da educação rural maranhense.

Neste contexto, a professora Cacilda Cavalcanti, que atuou como Coordenadora do Projeto de Educação em Assentamentos e Áreas de Reforma Agrária do Estado do Maranhão PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA: versão continuidade (Projeto EJA Continuidade, 2001 - 2004), relata que no período de 1997 até 1998 “existia um conjunto de articulações aqui no Maranhão em torno da defesa da educação pública, da educação de base, de articulação com os movimentos sociais” (CAVALCANTI, 2021).

Sobre esse panorama, Coutinho (2021) declara:

O PRONERA no Maranhão não foi uma iniciativa da Universidade. Foram os movimentos sociais que buscaram a Universidade. E inicialmente o projeto não se tornou institucional, ele era mais um projeto de professores e de militantes da área da educação.

As primeiras articulações para o desenvolvimento de projetos do programa no estado foram feitas pelo MST, em diálogo com ASSEMA, FETAEMA e UFMA. No mesmo ano de instituição nacional do PRONERA (1998), após os primeiros encontros estaduais de educadores, deu-se, no Maranhão, a organização de grupos de trabalho, nos quais foram elaborados projetos e planos de trabalho, que culminaram com a aprovação dos primeiros cursos. Para a elaboração dos primeiros projetos da parceria, a UFMA, o MST e a ASSEMA fizeram um amplo lavamento nas comunidades, a fim de detectar as principais carências que se apresentavam nas diferentes áreas de assentamento do estado. Esse processo foi ressaltado pela coordenação dos projetos:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Já sabíamos dos índices de analfabetismo e a gente também percebia, à época, que tinha um grande contingente de mulheres analfabetas principalmente nas áreas extrativistas. Então os movimentos partiram para campo para fazer o levantamento em áreas extrativistas, áreas de assentamento e de acampamentos. Porque nós abraçamos acampamentos, assentamentos da reforma agrária e as áreas de extrativismo tradicionais. Então a partir do levantamento feito pelos movimentos sociais, nós fomos organizando as turmas. Nós não tivemos um polo, uma área experimental. Nós atendemos as demandas que os movimentos sociais trouxeram e da forma como eles organizaram essas turmas. Então a gente estava espalhado no Maranhão inteiro [...] (COUTINHO, 2021).

A partir do levantamento desenvolvido pelos movimentos sociais, aceitou-se o desafio de organizar turmas EJA nos territórios rurais de abrangência do MST e da ASSEMA que apresentavam as condições educacionais mais precárias. Além da definição dos territórios, o levantamento dos dados desenvolvido pelos movimentos sociais camponeses possibilitou a definição dos cursos que deveriam ser desenvolvidos em atenção às carências formativas que se apresentavam nos territórios. Daí a oferta da EJA, com atenção à alfabetização e a formação docente por meio do Projeto de Educação em Áreas de Assentamento e Reforma Agrária do Estado do Maranhão (Projeto EJA Alfabetização – da Alfabetização à 2ª série do Ensino Fundamental e, simultaneamente, Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e Formação Pedagógica, 1999 – 2001).

A oferta deste primeiro projeto partiu das necessidades efetivas a realidade, como analisa Coutinho:

Nós detectamos que os alfabetizadores não tinham sequer o ensino fundamental completo. Alguns professores tinham, os outros estavam quase que no nível dos alunos. Então como alfabetizar? E aí veio o casamento no projeto de alfabetização, ao mesmo tempo, 80 turmas de alfabetização e 80 professores em formação de ensino fundamental com formação pedagógica. Tanto que o currículo foi bastante diferente, pois eles tinham o básico do ensino fundamental, mas entravam as disciplinas e conteúdos ligados à formação do educador. Então esses professores, que eram alunos, também, eram professores de EJA e alunos do ensino fundamental [...] (COUTINHO, 2021).

A necessidade de atender às carências forjadas pela histórica negação do direito à educação aos trabalhadores rurais maranhenses foi uma tarefa assumida pelos movimentos sociais camponeses, em diálogo com educadores maranhenses,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

aliados às causas populares. Isso ocorreu por meio da oferta de projetos pontuais, ainda não articulados à uma política nacional que estivesse incorporada aos sistemas educacionais.

Sobre o início da experiência com a formação docente, a coordenação dos primeiros projetos expõe o seguinte:

Na verdade, o que a gente fez foi um curso de magistério de nível fundamental, dos anos finais. Vale lembrar que, nesse período, nós fizemos um levantamento pela secretaria estadual de educação e identificamos que só 11 municípios maranhenses tinham os anos finais do ensino fundamental na zona rural. Quer dizer, o ensino fundamental completo no campo no Maranhão era restrito a 11 municípios, dos 217. Então, essa era uma situação real. Os projetos vão se estruturando conforme a situação de oferta pelo poder público no campo maranhense. Então, no primeiro momento a gente tem um projeto que combina EJA e um de curso de ensino fundamental dos anos finais comungado com formação para ser professor [...] (CAVALCANTI, 2021).

Importa demarcar a relevância do desenvolvimento de processos de escolarização em EJA, pautados em referenciais e movimentos distintos aos projetos de educação rural hegemonicamente articulados ao modelo de exploração e desenvolvimento do capital. Havia um caminho diferente, em construção desde a definição dos territórios e dos cursos que seriam atendidos pelos projetos e em estreito diálogo com as entidades representativas da classe trabalhadora camponesa.

Após a finalização do Projeto EJA Alfabetização, definiu-se a abrangência de um novo projeto de EJA, o Projeto EJA Continuidade (2001 – 2004), englobando 18 municípios, nos quais foram implantadas 46 turmas, localizadas em projetos de assentamento do MST e ASSEMA. Em continuidade à formação iniciada pelo Projeto EJA alfabetização, essa nova oferta objetivou garantir condições para a escolarização dos educandos, por meio da abertura de turmas que alcançariam da 3ª à 4ª série do Ensino Fundamental.

Sublinha-se que o trabalho docente nessa experiência foi assumido pelos educandos egressos do Projeto EJA Alfabetização, que garantiu a conclusão do Ensino Fundamental aliada à formação docente na oferta anterior. E, assumindo o trabalho docente no Projeto EJA Continuidade, estes estariam em formação

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



simultânea no Projeto de Formação de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária no Estado do Maranhão PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA (Projeto Magistério I – Ensino Médio, 2001 – 2006) ofertado concomitantemente ao novo projeto de EJA.

No que se refere ao Projeto Magistério I, reconhece-se que é ofertado como resposta às demandas históricas que se apresentavam na realidade educacional camponesa e como estratégia para garantir a continuidade da formação docente aos concluintes da última etapa do projeto de alfabetização, já tendo assumido as tarefas de educadores de EJA no início da experiência da articulação PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA.

Definidas as regiões e implementadas as turmas, com significativa capilaridade nas áreas de assentamento da reforma agrária maranhenses do MST e da ASSEMA, as articulações são ampliadas e novas instituições de ensino superior passam a desenvolver projetos por meio de convênios com o INCRA e o MDA. Dentre elas, destaca-se a UEMA que, atendendo à demanda apresentada pela FETAEMA, contribuiu com a expansão da educação do campo no estado, passando a integrar o conjunto das instituições envolvidas com a oferta de cursos de EJA e com a formação docente por meio do PRONERA entre os anos de 2001 e 2009.

Em entrevista concedida à equipe que elaborou o relatório de pesquisa que avalia as ações de educação do campo desenvolvidas no Maranhão entre os anos de 1999 e 2013 – e que compõe o conjunto de documentos do II PNERA (BRASIL, 2016) –, a professora Heloísa Varão, docente da UEMA que integrou a equipe do PRONERA/UEMA/FETAEMA, relembra:

A Fetaema solicitou ao Incra que inserisse um projeto de alfabetização e escolarização em áreas de assentamentos da Reforma Agrária em Barra do Corda, São Mateus, Monção e Bacabal, contemplando as ações de escolarização dos lavradores, escolarização dos educadores em ensino fundamental (do sexto ao nono ano) e do magistério de nível médio (primeiro ao terceiro ano) [...] O projeto magistério das séries iniciais de nível médio: outro projeto foi implantado a fim de garantir a continuidade do atendimento aos jovens e adultos nas áreas de assentamento da Reforma Agrária nos municípios de Pio XII, Pindaré-Mirim, Turilândia e Zé Doca no Maranhão [...] (BRASIL, 2016, p. 28).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A insuficiente oferta de políticas educacionais nessa região historicamente conflituosa garantia, no contexto de implantação dos projetos na UEMA, o contínuo cenário de graves índices de analfabetismo e carência de educadores com formação necessária para o desenvolvimento do trabalho docente em EJA, à semelhança das regionais alcançadas pelos projetos desenvolvidos em articulação com a UFMA. Tal realidade foi confirmada nos dados do II PNERA:

[...] no universo de 23 monitores e três coordenadores, somente 4% cursaram o magistério de nível médio, 7% não concluíram o magistério, 31% têm o curso fundamental e 58% têm o curso fundamental incompleto. Mesmo com este perfil de escolarização, os monitores demonstram expectativas em relação à escola como espaço de construção de conhecimento, e veem a educação como instrumento de mudança [...] (BRASIL, 2016, p. 29).

Na oferta destes projetos, para além do envolvimento dos movimentos sociais camponeses, da igreja católica, dos sindicatos e das universidades, o referencial da educação do campo contava com a aproximação da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Além disso, a partir do ano de 2003, passou a ocupar espaços na estrutura estadual de governo, com a criação do Grupo de Trabalho de Educação do campo, que deu origem à Coordenação de Educação do Campo, no âmbito da Secretaria de Educação (SEDUC) do Maranhão.

Com o respaldo desta estrutura, foi organizado no ano de 2004, o I Seminário Estadual de Educação do Campo, que culminou com a instituição do Comitê Estadual de Educação do Campo, que “constitui uma estratégia de mobilização das organizações para defender, propor, avaliar e implementar políticas públicas de educação que atendam, de forma adequada e com qualidade, os povos do campo” (BRASIL, 2016, p. 18).

Na sequência, a incorporação do projeto da educação do campo no sistema estadual de educação conta, no ano de 2005, com a criação, na SEDUC, da Supervisão de Educação do Campo:

[...] órgão formulador e coordenador de políticas públicas de educação do campo, tendo o Comitê Estadual de Educação do Campo como instância

PROMOÇÃO



APOIO

consultiva, propositiva e deliberativa de suas ações. [...] Assim, a partir de 2005, tem-se um cenário de debate e embate na construção de uma política pública de educação do campo, dentro e fora do aparelho de Estado, sendo o Comitê Estadual de Educação do Campo a instância articuladora do debate e da organização de ações para a educação do campo, no interior dos órgãos governamentais, principalmente na Secretaria da Educação (CAVALCANTI, 2009, p. 4).

Esse cenário de ampliação das articulações em torno do projeto de educação do campo se expande para as instituições de ensino superior com a oferta do Projeto Centro de Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária do Estado do Maranhão e do Curso Técnico em Agropecuária para Jovens e Adultos de Áreas de Reforma Agrária do Estado do Maranhão. Isso ocorre por meio de convênio com o Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA), firmado no ano de 2005.

No mesmo ano de ampliação dos projetos de educação do campo no CEFET, deu-se a continuidade do processo de formação de professores das áreas de assentamento do MST e da ASSEMA em nível médio com a oferta do II Projeto Magistério (Projeto de Formação de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária II), desenvolvido na UFMA entre os anos de 2005 e 2009. Neste período, houve a organização de “06 turmas de Magistério na Modalidade Normal, totalizando a matrícula inicial de 276 alunos/as, residentes em 64 assentamentos, de 27 municípios maranhenses” (TEIXEIRA, 2011, p. 134).

No contexto dos anos de 2005 a 2011, diversos foram os eventos que marcaram a expansão da educação do campo nas instituições de ensino superior, na estrutura governamental estadual e nas áreas de reforma agrária do estado do Maranhão.

Nesse período, a ampliação do cenário da educação do campo desperta a necessidade de desenvolvimento de estudos e pesquisas que contribuíssem com o fortalecimento do projeto em disputa, sendo criado, no mesmo ano de abertura das turmas do II Projeto Magistério, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Política, Cultura e Educação do Campo (NEPHECC, 2005), vinculado ao PRONERA/UFMA e ao Programa de Pós-Graduação em Educação/UFMA.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



No mesmo ano de criação do NEPHECC, foi concluído Projeto EJA Continuidade, alcançou “59 Projetos de Assentamento, localizados em 37 municípios maranhenses, concluindo a escolarização de mais de 3.200 alunos” (COUTINHO, 2008, p. 12). Nesse contexto, a oferta de projetos de EJA passou a ser fortalecida no âmbito da articulação PRONERA/UEMA/FETAEMA, com o desenvolvimento de quatro projetos de alfabetização durante os anos de 2005 e 2009, escolarizando 3.384 jovens e adultos trabalhadores rurais residentes em áreas de assentamento.

Nesse decurso histórico, a atuação do Comitê Executivo Estadual da Educação do Campo do Maranhão era ampliada em articulação com os movimentos sociais camponeses, por meio do desenvolvimento de debates sobre a construção de políticas de educação do campo no estado e de mobilização de aparelhos de hegemonia da classe trabalhadora, que viriam contribuir com o movimento em defesa do referencial popular. Em 2007, o comitê realizou, em articulação com as IES e os movimentos sociais camponeses, o II Seminário Estadual da Educação do Campo, “com o objetivo de ampliar o debate e a mobilização para a definição de políticas públicas de educação básica para o campo” (BRASIL, 2016, p. 18).

Ainda no ano de 2007, é instituída a primeira experiência de formação docente de educadores do campo em nível superior, com a criação, junto ao conselho Universitário da UFMA, do Curso Especial de Licenciatura em Pedagogia da Terra PRONERA/UFMA, cuja execução seria iniciada no ano de 2008.

A expansão das IES envolvidas com políticas de educação do campo também é um traço marcante desse período. A partir da reorganização da rede de Escolas Técnicas Federais – que no ano de 2008 passaram a integrar a estrutura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia –, os projetos do CEFET são assumidos pelo IFMA Campus Monte Castelo e IFMA Campus São Luís/Maracanã. Nesse contexto, o referencial da educação do campo já estava presente nas três instituições públicas de ensino superior do estado do Maranhão – UFMA, UEMA e IFMA –, com projetos desenvolvidos por meio da extensão universitária.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A ampliação das políticas de educação do campo no Maranhão contou com a aprovação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LedoC)/PROCAMPO UFMA, fruto da mobilização nacional pela ampliação da oferta de projetos voltados para a formação de educadores do campo em nível superior. Essa política foi implementada também no IFMA Campus São Luís/Maracanã, que, aprovou o Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitações em Ciências Agrárias e Ciências da Natureza e Matemática.

Após as experiências de formação inicial de professores, identifica-se o desenvolvimento de Cursos de Especialização *Latu Sensu* voltados para a formação continuada dos educadores das escolas do campo, ofertados a partir de articulações estabelecidas entre Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, IFMA e UFMA em projetos distintos desenvolvidos por cada uma das instituições.

No âmbito estadual, foram aprovadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo do Sistema Estadual de Ensino no Maranhão em 2011. Isso ocorreu como resultado dos trabalhos articulados entre a Secretaria de Estado da Educação – por meio do Comitê Executivo de Educação do Campo –, os movimentos sociais camponeses e as IES envolvidas na oferta de projetos do PRONERA e PROCAMPO. Avançando-se, portanto, para o cerne dos instrumentos legais de orientação das políticas educacionais, uma conquista importante no que se refere à efetiva institucionalização deste projeto popular em disputa.

4. CONCLUSÃO

Os dados históricos alcançados neste estudo revelam que o desenvolvimento dos projetos de educação do campo no estado do Maranhão, esteve intrinsecamente relacionado ao trabalho militante dos movimentos sociais camponeses e de educadores comprometidos com a construção da educação popular.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Devido às condições reais do nível de escolaridade dos trabalhadores camponeses, EJA e formação docente foram os focos principais das experiências desenvolvidas – considerando-se que a definição dos projetos foi inalienavelmente constituída à luz da realidade, das demandas mais significativas que se apresentavam nas áreas de assentamento e acampamento do estado do Maranhão.

O que por sua vez, determina a existência de um processo de correlação de forças, materializado na disputa por um projeto popular de educação que se alia às demandas materiais da classe trabalhadora camponesa, em contraponto à lógica que orienta o avanço dos projetos de educação pautados nos interesses do capital/empresariado agro minerador.

A partir desse processo, desvela-se alguns elementos fundamentais da construção das políticas de educação do campo no estado do Maranhão, dentre eles: a garantia da integração dos movimentos sociais camponeses enquanto elementos centrais na construção e na gestão das experiências formativas; a atuação engajada de professores das diversas instituições de ensino envolvidas e de gestores estaduais na construção coletiva de alternativas para a garantia do avanço das políticas de educação do campo no estado; a importância do apoio de entidades alinhadas à luta popular para a oferta dos projetos; a oferta de projetos de educação do campo no estado em orgânica relação com as demandas apresentadas pelas condições materiais das áreas de assentamento maranhenses.

No que se refere à significativa conquista de espaço no cerne das políticas públicas de educação e na ampliação da capilaridade dos projetos de educação do campo nos territórios rurais maranhenses, reconhece-se que:

O movimento pela Educação do Campo vem se ampliando e ganhando espaço no cenário educacional maranhense, não somente no seio dos movimentos sociais, mas também no interior dos sistemas de ensino e das universidades. Aos poucos vai se configurando um cenário que de um lado expressa a força dos movimentos organizados em defesa da educação do campo, pautando suas demandas no âmbito do Estado e, de outro, expressa a força de uma realidade histórica (objetiva e subjetiva) de descaso para com a educação dos que vivem no e do campo (CAVALCANTI, 2009, p. 9).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Neste sentido, conclui-se que trajetória histórica de construção da educação do campo no Maranhão aponta caminhos, inspira esperança e confirma a potência da classe trabalhadora na sementeira de um projeto popular de educação, reforçando o reconhecimento da existência de um importante movimento de disputa pela hegemonia, também, instituído no cerne das estruturas do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária: avaliação de ações no Maranhão.** Relatório de Pesquisa. IPEA, Rio de Janeiro, 2016.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. **Entrevista com as professoras coordenadoras do PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA** [maio. 2021]. Entrevistadora: Michelle Freitas Teixeira. 1 arquivo vídeo [132 min].

_____. Movimento pela educação do campo e os desafios da construção de uma política pública de educação do campo no Maranhão. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP UFMA.** São Luís: PGPP/UFMA, 2009.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **Entrevista com as professoras coordenadoras do PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA** [maio. 2021]. Entrevistadora: Michelle Freitas Teixeira. 2 arquivos vídeo [240 min].

MARX, Karl. **O Capital** – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

SALES, Francisco José Lima. O perfil da educação rural no Maranhão na década de 1990. **Educação em Debate**, Fortaleza: UFC, ano 39, n. 73, p.106-119, jan./jun. 2017.

TEIXEIRA, Michelle Freitas. **Formação de educadoras e educadores do campo: concepções, contradições e perspectivas à luz da experiência do PRONERA e do Curso de Pedagogia da Terra/UFMA.** São Luís, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

_____. **Educação e disputa por hegemonia no campo: o PRONERA no Maranhão.** São Luís, 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

